

ORIGINAL ANEXO AO	
PROC. N.º	69/05
EM	5/5/05

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Já há alguns anos várias entidades que abraçaram a causa da luta pela paz vêm realizando atividades destinadas a reduzir a violência urbana nas cidades brasileiras. Campanhas pela paz e pelo desarmamento e projetos que buscam reduzir a criminalidade e a violência armada – um mal que atinge predominantemente os jovens – têm sido o trabalho principal dessas organizações. As atividades destinadas a enfrentar os problemas associados à proliferação e ao uso indevido das armas de fogo são realizadas a nível nacional e internacional, e buscam:

1. Redução da demanda ou procura por armas (atividades destinadas à conscientização da população sobre os perigos das armas e a responder aos argumentos do *lobby* da indústria das armas);

2. Redução da oferta (controle do contrabando e fiscalização sobre a produção, venda, exportação e importação de armas e munições);

3. Controle de estoques (destruição dos excedentes de armas e programas de entrega voluntária).

Destacamos as campanhas de conscientização sobre a necessidade de desarmar a população e em favor de uma cultura de paz, com foco na juventude, nas mulheres, no pessoal da saúde e na mobilização das igrejas; campanhas para a reforma da legislação de controle de armas, que é permissiva e inócua, buscando-se acabar com o uso de armas por civis, como acontece na maioria dos países europeus e no Japão; e campanhas para promover programas de entrega voluntária de armas, com o apoio das igrejas;

A destruição de 100 mil armas, realizada em junho de 2001 em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi a maior destruição simultânea de armas da história em nível mundial. Em 2002, em apoio ao Dia Internacional de Destruição de Armas, mais 10 mil armas foram destruídas, com a presença da Governadora do Estado do Rio de Janeiro e de representantes da ONU, OEA e PNUD. Mais que um ato simbólico, a quebra das armas impede que continuem expostas ao risco de voltarem para o mercado paralelo.

Além disso, muitos eventos são realizados, tais como atividades populares (marchas, shows, murais, etc.) que buscam diminuir a demanda por armas, como shows nas favelas, onde artistas, especialmente do movimento de hip hop, buscam convencer os jovens a abandonarem o crime e não usarem armas.

Ressaltamos a importância do trabalho destinado a colaborar e pressionar os governos estaduais e federal, no sentido de que tomem medidas mais eficazes de controle da proliferação das armas de fogo.

A nível internacional enalteçemos a iniciativa que possibilitou a criação, em 2001, de uma rede de ONGs pelo desarmamento, formada por países do MERCOSUL ampliado (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai).

Por tudo isso, estamos conscientes da nossa responsabilidade como representantes da coletividade, em promover ações que resultem em ajuda a todas essas iniciativas em prol do desarmamento e gostaríamos de frisar a importância da realização do referendo que está sendo discutido na Câmara dos Deputados.

No dia 25 de abril p. passado, chegou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1274/04, do Senado, que autoriza a realização de Referendo sobre a comercialização de armas de fogo em 2 de outubro deste ano. O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) ficou encarregado de relatar a matéria. De acordo com a presidência da Comissão, o PDC deverá ser discutido até hoje, quinta-feira.

A realização do referendo está prevista no Estatuto do Desarmamento e a data sugerida no projeto, que já foi aprovado pelo Senado, é o primeiro domingo de outubro deste ano. O Tribunal Superior Eleitoral, que organizará a consulta, pediu que o Congresso Nacional decidisse a data até o final de abril, para que haja tempo suficiente para tomar as providências que envolvem a realização de um referendo, que são semelhantes às de uma eleição. Segundo um relatório encomendado pela organização não-governamental Viva Rio, o Brasil é o país com o maior número de mortes por arma de fogo no mundo. Em 2002, o número de vítimas fatais foi superior a 38 mil, número que supera o de países como a Colômbia e os Estados Unidos.

Diante do exposto e entendendo que nós vicentinos podemos colaborar de forma ativa na consecução desses objetivos, através da coleta de assinaturas favoráveis à realização do referendo em prol do desarmamento,

Submeto à apreciação do Egrégio Plenário o seguinte:

PROJETO DE LEI N.º 28/05 – DOCUMENTO N.º 607/05

Autoriza o Poder Executivo a permitir o uso de áreas em feiras-livres e nas Praças Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, Barão do Rio Branco, Coronel José Lopes, Cesário Bastos, Oswaldo Cruz, 1.º de Maio, Praça H no Humaitá e Brasília no Parque das Bandeiras, pela instituição Amigos da Guarda Municipal, no período de 1.º a 30 de maio de 2005, para a instalação de barraca itinerante destinada à coleta de assinaturas a favor do Referendo sobre o Desarmamento.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permitir o uso de áreas em feiras-livres e nas Praças Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, Barão do Rio Branco, Coronel José Lopes, Cesário Bastos, Oswaldo Cruz, 1.º de Maio, Praça H no Humaitá e Brasília no Parque das Bandeiras, pela instituição Amigos da Guarda Municipal, no período de 1.º a 30 de maio de 2005, para a instalação de barraca itinerante destinada à coleta de assinaturas a favor do Referendo sobre o Desarmamento, obedecidas as normas sanitárias aplicáveis.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA,
Em 5 de maio de 2005.

a) **SARGENTO BARRETO**